

LEGISLATIVO AGORA

NATAL/RN, SEXTA-FEIRA, 31 DE JANEIRO DE 2020 | EDIÇÃO Nº 14 | ANO 2 | 12.500 EXEMPLARES

Legislativo Agora é informe publicitário editado com material da Assessoria de Comunicação da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte

2020

Promissor

Ano legislativo começa no dia 3 de fevereiro, com a promessa de bons e intensos debates sobre temas que influenciam na vida dos potiguaros

Previdência 04

Casa espera votar Reforma ainda em fevereiro

Projeto é considerado um dos mais importantes do ano legislativo, que será aberto na próxima semana

Guia 06

Procuradoria-Geral elabora cartilha eleitoral

Material contém as regras atualizadas, previstas na Legislação Eleitoral e adotadas pelo Tribunal Superior Eleitoral

Aperfeiçoamento 08

Atualização do Regimento Interno começa a tramitar

Regulamentação do funcionamento da Casa passará por mudanças para aperfeiçoar o trabalho dos parlamentares

Gestão 12

Sistema Legis RH será implantado em São Paulo

Transferência de tecnologia será acompanhada pela Diretoria de Gestão Tecnológica e pelo setor de Gestão de Pessoas da ALRN

Reconhecimento 14

Escola da ALRN vai receber homenagem

Evento será em março, na Câmara dos Deputados, pelos 10 anos de produção acadêmica da instituição

EDITORIAL

Resgatar uma hist

Poucas e raras vezes na minha vida pública, na minha história política, eu me senti tão orgulhoso como me sinto ao anunciar que, em 2020, a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte celebrará seus 185 anos. Preservar a história, resgatando-a e conservando-a para sempre é permitir que as futuras gerações guardem em suas memórias uma cultura que não pode e não deve ser apagada ou esquecida. É o que faremos em 2020 na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, contando detalhes destes 185 anos do Poder Legislativo do nosso Estado, ao longo de todo o ano, com um calendário intenso de atividades.

Instalado em 2 de fevereiro de 1835, tendo como primeira morada a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Apresentação, o Poder Legislativo do nosso Estado, até o endereço atual, no Palácio José Augusto, praça dos Três Poderes, na Cidade Alta, teve 11 outros endereços. Esta parte da história também será relembrada. Em 1835 vivíamos um momento de “tumultuâncias”, como assentou o mestre Câmara Cascudo, quando o Rio Grande do Norte viu ser instalada a Assembleia Legislativa Provincial. Eram tempos de agitação com o festejado Ato Adicional de 12 de agosto de 1834, que criou a Regência Una, dissolveu o Conselho de Estado do Império e manteve a vitaliciedade do Senado. Vale lembrar que era o segundo período do Brasil Imperial, período regencial. A abdicação de Dom Pedro I ocorreu em 1831 e o Brasil passou a ser governado por regentes.

A Assembleia Legislativa é uma casa que representa o povo. Logo, reflete conflitos e ideologias partidárias diferentes. Esse pluralismo é o que a torna maior e expressa um progressivo avanço no amadurecimento da sociedade e do sistema democrático. Ao longo destes 185 anos, coube aos senhores deputados representar a sociedade potiguar, promovendo o estado democrático de direito, legislando e fiscalizando a administração pública, compatibilizando com os interesses da população, sendo o referencial de excelência na ação legislativa e seus valores. Coube cumprir o processo legislativo, apresentando proposição de Lei; tramitando a formação do projeto em leis nas comissões, segundo as regras da Constituição Estadual e do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do RN; assegurando a participação democrática da sociedade com ética, igualdade, liberdade de expressão, respeito e transparência.

Ezequiel Ferreira de Souza
Presidente da Assembleia

e conservar HISTÓRIA de 185 anos

HISTÓRIA

O Poder Legislativo do Estado do Rio Grande do Norte, com competência para propor e aprovar leis, legislando em prol da sociedade potiguar, foi criado em 2 de fevereiro de 1835, ainda durante o período regencial brasileiro. Em 1983, foi inaugurado o Palácio José Augusto, atual sede da Assembleia.

Logo depois da Constituição Federal de 1988, o Legislativo Potiguar elaborou a mais nova Constituição do Estado, ratificada em 3 de outubro de 1989 e em vigor até os dias atuais.

O Rio Grande do Norte possui importante papel no que se refere à história e pioneirismo de mulheres na política brasileira. Foi no Estado onde se teve registro do primeiro voto feminino, a primeira prefeita e também a eleição, em pleno Governo Getúlio Vargas, de uma das primeiras mulheres eleitas para o Legislativo Estadual.

Nas eleições de 1934, Maria do Céu Pereira Fernandes foi a única mulher eleita para elaborar a Constituição norte-rio-grandense de 1935. Entretanto, o mandato da deputada foi interrompido em 1937 com a instalação do Estado Novo pelo Governo Vargas.

Nas eleições subsequentes, depois do Regime Militar, o Rio Grande do Norte continuou a eleger mulheres para representar o Povo na Assembleia. Maria do Céu abriu o caminho, mas depois dela outras 15 mulheres foram eleitas, incluindo três na atual legislatura: deputadas Cristiane Dantas, Eudiane Macedo e Isolda Dantas.



Sede atual da Assembleia, no Palácio José Augusto, foi inaugurada em janeiro de 1983

SEDES DO LEGISLATIVO

Em 185 anos de atividades, o parlamento norte-riograndense ocupou imóveis alugados ou cedidos

que nem sempre acomodavam bem a estrutura da Casa, pois não atendiam às necessidades das atividades legislativas e administrativas,

gerando transtorno e necessidade de readaptação a cada mudança.

As Assembleias Legislativas do Brasil foram criadas em 1834, por força do Ato Adicional à Constituição do Império. Nessa época, o País vivia sua primeira experiência federativa, em função do caráter descentralizador que marcou a fase inicial das Regências.

Com o advento da República, as Assembleias Legislativas das Províncias foram rebatizadas com o nome de Assembleias Legislativas Estaduais.

A Assembleia da Província do Rio Grande do Norte foi instalada no dia 2 de fevereiro de 1835, e sua sede teve vários nomes:

- Em 1835: Assembleia Legislativa Provincial

- Em 1891: O Poder Legislativo

- Em 1892: Congresso Legislativo

- Em 1898: Manteve-se Congresso Legislativo Estadual ou Congresso Estadual

- Em 1948: Palácio Amaro Cavalcanti

- Em 1971: Palácio José Augusto

Passos da Assembleia Legislativa

- Em 02/02/1835: Instalou-se na Câmara Municipal

- Em 18/09/1947: Avenida Getúlio Vargas

- Em 15/08/1963: Mudou-se provisoriamente para um prédio situado à praça André de Albuquerque, propriedade do Sindicato dos Contabilistas.

- Em 28/03/1967: Transferiu-se para a rua Jundiá, ocupando am-

plô e moderno edifício do Instituto de Previdência do Estado (IPE).

- Em 31/01/1983: Sede atual

No dia 31 de Janeiro de 1983, o deputado Carlos Augusto Rosado, presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, com os demais deputados da 52ª Legislatura, inauguraram as instalações da nova sede do Palácio José Augusto. Governava o Estado nesse período Lavoisier Maia Sobrinho.

Após 20 anos de uso, foi inaugurada a ampliação da sede do Poder Legislativo, fato ocorrido no dia 11 de dezembro de 2002, na 57ª Legislatura estava o deputado Álvaro Dias como presidente da Assembleia, que ampliou as antigas instalações de 2.800 para 9.600 metros quadrados de área construída.

Atualmente, a sede do Legislativo potiguar conta com gabinetes parlamentares, gabinetes para a presidência, 1ª secretaria e 1ª vice-presidência, além de instalações para as comissões permanentes, procuradoria geral, secretarias administrativas, informática e legislativa, e mais biblioteca, auditório, espaço cultural, salão nobre, salão de eventos, bancos, restaurante, lanchonete, rampa de acesso para portadores de deficiência física, dois elevadores e estacionamento privativo.

Em homenagem à deputada Maria do Céu Fernandes, foi criado um espaço cultural com seu nome.

Em 33 de outubro de 1989, foi promulgada a Constituição Estadual, trabalho realizado pela Assembleia Estadual Constituinte.

Pauta

Texto da Reforma da Previdência chega à Assembleia

Somente após a apresentação da minuta final com as mudanças das regras previdenciárias aos servidores estaduais, prevista para acontecer no dia 5, é que o Governo do Estado encaminhará o projeto de lei para votação dos parlamentares

O texto da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que vai reformar a Previdência no Rio Grande do Norte chegará à Assembleia Legislativa do Estado (ALRN) no início de fevereiro. Somente após a apresentação da minuta final com as mudanças das regras previdenciárias aos servidores estaduais, prevista para acontecer no dia 5, é que o Governo do Estado encaminhará o projeto de lei.

Antes da apresentação do texto da PEC, em 3 de fevereiro, a governadora Fátima Bezerra fará a abertura dos trabalhos do Legislativo, com a apresentação da mensagem anual do Executivo.

Mesmo sem a versão final das mudanças previdenciárias, o Governo do Estado já definiu algumas ações para reduzir o déficit do setor, que deve chegar a R\$ 1,85 bilhão em 2020. A adoção de alíquotas progressivas de contribuição, tanto para os servidores da ativa quanto para aposentados e pensionistas, por exemplo, vai gerar uma redução de até R\$ 300 milhões por ano no rombo da Previdência do Estado.

Até o momento, a definição é por taxas variando de 11% a 18%, conforme a remuneração bruta. Entretanto, é possível que a alíquota mínima da proposta suba para pelo menos 12%, como forma de compensar a isenção que deverá ser concedida para um grupo de inativos, por determinação da governadora Fátima Bezerra.

Se a proposta se confirmar, mesmo que a taxa mínima alcance os 12%, a maioria dos servidores públicos do Rio Grande do Norte terá a terceira menor alíquota de contribuição do País, considerando os estados que já aprovaram reformas em seus regimes previdenciários.

Desde o fim do ano passado, 15 estados já aprovaram mudanças nas regras de aposentadoria e pensão dos seus servidores. A maioria manteve ou elevou a alíquota de contribuição do funcionalismo para 14%, independentemen-

“Vamos fazer uma reforma diferenciada da do Governo Federal. Será através do diálogo, o que não aconteceu nos outros estados. Não abro mão de fazer todo o esforço para mitigar os impactos junto aos servidores”

Fátima Bezerra

Governadora

te da renda.

Em apenas dois casos – Maranhão e Rio Grande do Sul –, a alíquota é menor do que a avaliada pelo governo Fátima Bezerra no RN. Nesses dois estados, o modelo adotado também foi o de alíquotas progressivas, mas com taxas variando de 7,5% a 22%.

Se for considerada a média de remuneração dos servidores, é possível afirmar que uma parte significativa do funcionalismo público estadual terá a menor alíquota de contribuição do País.

A média de remuneração dos servidores públicos do RN, segundo a Secretaria de Administração (Sead), é de R\$ 4.692,07. Tanto no Maranhão quanto no Rio Grande do Sul, um servidor com esse salário seria taxado em 14% – na reforma de Fátima, a cobrança seria de até 12%.

O servidor médio do Governo do Rio Grande do Norte também vai contribuir menos com a Previdência do que um servidor que ganha o mesmo salário no governo federal. Segundo a Emenda Constitucional que foi aprovada no Congresso e promulgada no fim do ano, quem

ganha R\$ 4.692,07 (média salarial do RN) seria taxado em 14%.

Em entrevista à 97 FM na última sexta-feira (24), a governadora Fátima Bezerra disse que o objetivo das alíquotas progressivas é mitigar o impacto para os servidores.

“Vamos fazer uma reforma diferenciada da do Governo Federal. Será através do diálogo, o que não aconteceu nos outros estados. Não abro mão de fazer todo o esforço para mitigar os impactos junto aos servidores. É fato que tem um déficit imenso, mas é fato também que não é justo, e não farei isso, que os servidores, que não têm culpa desse déficit, arquem sozinho com os custos. Isso não é justo”, declarou.

EM ANDAMENTO

Bahia (projeto enviado para a Assembleia Legislativa), Paraíba (projeto enviado para a Assembleia Legislativa), Santa Catarina (projeto enviado para a Assembleia Legislativa) e São Paulo (tramitação suspensa pela Justiça).

ELABORANDO TEXTO

Amapá, Distrito Federal, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima e Tocantins (uma parte da reforma, que não trata das alíquotas de contribuição, ainda tramita na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul).

INATIVOS

Acima da faixa de isenção até o teto: 11%. Acima do teto: progressiva (14% a 18%). Com reforma, RN espera reduzir déficit previdenciário em até R\$ 300 milhões por ano. Segundo a equipe econômica do Governo do Estado, a proposta de reforma da Previdência que está em discussão com seus servidores tem potencial para reduzir em até 20% o déficit previdenciário do Rio Grande do Norte, hoje estimado em R\$ 1,5 bilhão por ano.

a Previdência ainda em fevereiro



Governadora Fátima Bezerra disse, em entrevista, que o Governo do Estado pretende fazer uma reforma diferenciada da que está sendo proposta pelo Governo Federal

ESTADOS QUE FIZERAM REFORMA / ALÍQUOTA DE CONTRIBUIÇÃO

Acre (14%)
Alagoas (14%)
Amazonas (14%)
Ceará (14%)
Espírito Santo (14%)
Goiás (14%)
Maranhão (7,5% a 22%)
Mato Grosso (14%)
Mato Grosso do Sul (14%)
Pará (14%), Paraná (14%)
Pernambuco (14%)
Piauí (14%)
Rio Grande do Sul* (7,5% a 22%)
Sergipe (14%).

PROPOSTA AVALIADA PELO GOVERNO DO RN

Servidores da ativa
De R\$ 1.045,00 a R\$
6.101,05: 12% ou mais
Entre R\$ 6.101,06 e R\$
10.000,00: 14%
Entre R\$ 10.000,01 e R\$
20.000,00: 16%
Acima de R\$ 20.000,01: 18%

Guia

Procuradoria-Geral da AL elabora cartilha com orientações eleitorais para 2020

Material contém as regras atualizadas, previstas na Legislação Eleitoral e adotadas pelo Tribunal Superior Eleitoral, que serão aplicadas no pleito deste ano

O fortalecimento da Democracia é feito diariamente pelo Legislativo Estadual. Um dos exemplos é a cartilha com orientações eleitorais que será lançada em fevereiro deste ano. O material contém as regras atualizadas, previstas na Legislação Eleitoral e adotadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que serão aplicadas no pleito de 2020. A cartilha será disponibilizada no site da Assembleia Legislativa (www.al.rn.gov.br) e terá também formato impresso.

“O exercício da cidadania se faz também pelo acesso a informação e ter conhecimento sobre os conceitos e regras do processo eleitoral, através da cartilha, permite ao eleitor cumprir o seu papel de cidadão e fortalecer a democracia”, disse o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Ezequiel Ferreira (PSDB).

A cartilha com orientações eleitorais foi idealizada e construída pela equipe da Procuradoria-Geral da Assembleia Legislativa, após reunião com o presidente da

Casa, Ezequiel Ferreira, e atende a demanda, de forma educativa, de gestores públicos, postulantes a mandatos em 2020 e cidadãos, com detalhes sobre o rito eleitoral. “Entendemos que quanto mais transparente e participativo for o processo eleitoral, melhor para a população”, ressaltou Ezequiel.

De acordo com o Procurador-Geral da Assembleia, Sérgio Freire, a cartilha busca, de forma educativa e didática, nortear a ação dos envolvidos no processo

eleitoral. “O objetivo desta cartilha é informar o cidadão acerca dos principais temas eleitorais, especialmente aqueles adotadas pelo TSE no que concerne às últimas edições por este editadas, que trata sobre as Eleições 2020 e que serão abordadas de forma resumida nessa cartilha”, declarou.

A cartilha está dividida em capítulos, pontuando situações destacadas pela Legislação Eleitoral e será base para palestras e capacitações realizadas pela Escola da Assembleia.

Assessoria/Assembleia Legislativa



Special Counsel Robert Mueller leaves church on March 24, in Washington, D.C. Mueller

Carta Magna

Constituição Estadual atualizada será lançada no início do ano legislativo

Desde que foi promulgada, em outubro de 1989, a Constituição do Rio Grande do Norte já teve vários trechos declarados inconstitucionais pelo STF

A Assembleia Legislativa fará agora, no início do ano legislativo, o lançamento da atualização da Constituição Estadual do Rio Grande do Norte. O trabalho foi realizado pela “Comissão de Atualização da Constituição”, formada por servidores da Assembleia Legislativa. Desde que foi promulgada, em outubro de 1989, a Constituição do Rio Grande do Norte já teve vários trechos declarados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e a atualização tem o propósito de resolver este impasse.

“Parabenizo a todos que colaboraram para a atualização da Constituição Estadual, um trabalho de excelência que teve o deputado José Dias como relator, o deputado Gustavo Carvalho como presidente e toda a brilhante equipe da Procuradoria Legislativa, tendo à frente o procurador-geral Sérgio Freire”, declarou o presidente da Assembleia, deputado Ezequiel Ferreira (PSDB).

De acordo com o procurador-geral da ALRN, Sérgio Freire, coordenador do grupo de trabalho, para a atualização foi seguida uma lista de regras e ritos “A princípio elaboramos o esboço inicial com as mudanças a serem feitas e municiamos os deputados tecnicamente. A partir daí, os parlamentares discutiram as matérias dentro do trâmite legislativo e aprovaram as alterações”, explicou Sérgio Freire.

Todas as alterações na Carta Magna do RN foram aprovadas através de um Projeto de Emenda Constitucional (PEC) 003/2019, que revogou dispositivo de diversos artigos da Constituição, com o objetivo de adequar o texto às mudanças decorrentes de atualizações na Constituição Federal e entendimentos jurídicos.

A PEC alterou, acresceu e revogou dispositivo dos artigos 8º, 19, 20, 29, 35, 49, 53, 64, 65, 71, 72, 74, 81, 90, 98, 108, 128, 140, 147 e 150;



Sérgio Freire, Procurador-geral da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte



acresce os artigos 147-A e 147-B; revoga o § 1º do artigo 55, os artigos 68 e 69 e o § 4º do artigo 111, da Constituição do Estado e altera o art. 14 do Ato das Disposições

Constitucionais Transitórias da Constituição Potiguar.

“A essência da PEC foi a compatibilização da Constituição Estadual com a Constituição Federal.

Com as emendas que promoveram as mudanças na lei federal, vários pontos do texto estadual também precisaram ser alterados para que fique de acordo com a Constituição Federal”, lembrou o procurador-geral.

Freire lembra ainda que a PEC também teve o objetivo de atualizar a Constituição do RN de acordo com decisões dos tribunais que criaram jurisprudências e interpretações de leis no país, sendo necessárias as alterações. “Há artigos que foram considerados inconstitucionais, seja de maneira total ou parcial, então era preciso que a lei fosse atualizada, deixando o texto adequado a esses entendimentos”, explicou Sérgio Freire.

A Proposta de Emenda Constitucional tramitou pelas Comissões Temáticas da Casa e foi votada em dois turnos em plenário. Com a promulgação pelo Legislativo, a Constituição Estadual passa a vigor com o texto atualizado e será lançada no início do ano legislativo.

Assessoria/Assembleia Legislativa



Aperfeiçoamento

Atualização do Regimento Interno começa a tramitar

Conjunto de regras estabelecidas para regulamentar o funcionamento da Casa deverá passar por mudanças para aperfeiçoar o trabalho dos parlamentares

O Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte está em fase de aperfeiçoamento para passar por uma atualização. Aprovado em 1990 – e com a última revisão feita em 2013 – o conjunto de regras estabelecidas para regulamentar o funcionamento da Casa deverá passar por mudanças para aperfeiçoar o trabalho dos parlamentares.

Para isso, foi criada uma comissão especial para revisar,

sugerir mudanças e adaptar o regimento interno à Constituição do Estado que foi consolidada. A atuação nas comissões técnicas e frentes parlamentares é um dos temas em discussão, mas que ainda precisa ser debatido para que se defina quais as possíveis mudanças.

“Em maio do ano passado, o presidente Ezequiel Ferreira abriu prazo para deputados e para o público em geral apresentar sugestões junto à atualização da

Constituição Estadual. Priorizamos a Constituição e agora estamos trabalhando na atualização do Regimento Interno. O anteprojeto já foi apresentado a parte dos parlamentares que compõem a Mesa Diretora”, explicou o presidente da comissão e procurador-geral da Assembleia, Sérgio Freire.

Depois de entregue à Mesa e debatido, o documento será levado para o pleno para ser distribuído aos deputados e, a partir daí

começa toda a tramitação na Casa, o que deve acontecer no início do ano legislativo. “A maior inovação é o próprio processo eletrônico que está atuando na Casa”, completou Sérgio Freire.

Atualmente, o Regimento Interno tem 334 artigos. A norma trata desde a apreciação de matérias nas comissões e análise de projetos, até normas administrativas, formatos de audiências solenidades e sessões para apreciação dos projetos.

Dia do Consumidor

Bem avaliado, Procon Legislativo soma quase 5 mil atendimentos em 2019

De janeiro a dezembro do ano passado, foram exatamente 4.794 atendimentos. Número corresponde a atendimentos na sede do órgão, em unidades móveis, por WhatsApp, processos abertos, conciliações e audiências

O Procon Legislativo, órgão da Assembleia Legislativa que atua na defesa dos direitos do consumidor potiguar, realizou quase 5 mil atendimentos em 2019, recebendo nota máxima de 90% dos usuários que responderam a uma pesquisa de satisfação com o atendimento.

Em 2019, o serviço oferecido pela Assembleia Legislativa completou dez anos. De janeiro a dezembro do ano passado, foram exatamente 4.794 atendimentos. O número corresponde a atendimentos na sede do órgão, em unidades móveis, por WhatsApp, processos abertos, conciliações e audiências. Mais da metade dos atendimentos (51,19%) terminou com a conciliação.

O Procon Legislativo está à disposição de todos os cidadãos potiguares. A sede do órgão funciona de segunda a sexta-feira, das 8h às 15h. Está localizada na Rua Jundiá, 481, no bairro do Tirol, zona Leste de Natal. O consumidor pode, ainda, procurar o Procon Legislativo através dos telefones (84) 3615-9000 e 3232-2706; pelo WhatsApp (84) 98849-1187; e também nos bairros, quando das ações do Procon Móvel e do projeto “Assembleia e Você”.

De acordo com o órgão, a maioria dos atendimentos aconteceu de forma presencial (1.381). Em segundo lugar, com 868 registros, estão os atendimentos da unidade móvel, o que reforça a importância da ação nos bairros. Destaca-se também a procura pelo WhatsApp, caminho escolhido por 796 consumidores que buscaram o Procon Legislativo.

O serviço prestado pelo Procon Legislativo é bem avaliado pelos usuários. Uma pesquisa de satisfação que ouviu 734 mostrou que todos os consumidores que apresentaram queixas contra empresas no órgão se disseram satisfeitos com o serviço. 90% atribuíram “nota 10” ao atendimento. 7% e



Quase que a totalidade das pessoas entrevistadas deram nota máxima para o atendimento realizado pela Assembleia Legislativa

3%, respectivamente, atribuíram “nota 9” e “nota 8”. Ninguém deu notas menores que 8 para o Procon Legislativo.

Segundo o coordenador do Procon Legislativo, Dary Dantas, a avaliação de satisfação dos usuários é feita desde 2016. Ele atribui os índices sempre elevados à capacidade de acolhimento da equipe do Procon da Assembleia Legislativa.

“Esses altos índices se devem principalmente à maneira como nos preocupamos e escutamos as pessoas. Porque cada um que nos procura tem um problema. Então é essencial você saber ouvir, dar atenção e resolver adequadamente as demandas desses consumidores. Isso é o que faz eles ficarem tão satisfeitos”, avaliou o coordenador.

Dary Dantas falou também sobre a relevância do órgão para a sociedade norte-rio-grandense. “O Código de Proteção e Defesa do Consumidor é uma lei de or-

dem pública e interesse social. Daí a nossa importância, já que solucionamos as demandas dos consumidores do RN, cumprindo

nosso papel de defesa do cidadão consumidor do Rio Grande do Norte”, finalizou.

SADF SADF ASDFASDF

ATENDIMENTOS DO PROCON EM 2019

PROCESSOS ABERTOS – 459
AUDIÊNCIAS REALIZADAS – 463
PROCESSOS CONCILIADOS – 237
ATENDIMENTO PRESENCIAL – 1381
ATENDIMENTO TELEFÔNICO – 827
ATENDIMENTO EM UNIDADE MÓVEL – 868
ATENDIMENTO VIA WHATSAPP – 796
TOTAL DE ATENDIMENTOS: 4.794
PROCESSOS CONCILIADOS: 51,19%

AVALIAÇÃO DO ATENDIMENTO

NOTA 10 – 90%
NOTA 9 – 7%
NOTA 8 – 3%

Expectativa

Deputados esperam debates intensos na Assembleia Legislativa em 2020

Para a abertura dos trabalhos legislativos, que acontece na segunda-feira, dia 3, é esperada a presença da governadora Fátima Bezerra, que fará a leitura de sua mensagem anual. Expectativa é de um ano bem influente na vida dos potiguares

José Aldenir/AgoraRN

Diversos temas importantes, que dizem respeito à vida dos potiguares, entrarão na pauta de discussões da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte em 2020. O ano promete intensos debates entre os parlamentares sobre proposições nas áreas de educação, saúde e finanças, por exemplo.

Para a abertura dos trabalhos legislativos, que acontece na segunda-feira, dia 3, é esperada a presença da governadora Fátima Bezerra, que fará a leitura de sua mensagem anual.

O deputado estadual Francisco do PT, líder do seu partido na Assembleia Legislativa e integrante da bancada governista, avalia que 2020 será um ano “bastante desafiador”, em função da análise de projetos importantes na Casa e da proximidade do período eleitoral.

O parlamentar ressalta que a reforma da Previdência Estadual é uma exigência da Emenda Constitucional 103, promulgada pelo Congresso Nacional no fim de 2019. “Além disso, o sistema previdenciário do Rio Grande do Norte apresenta um déficit bastante acentuado”, afirma.

Sobre este tema, o deputado estadual Tomba Farias (PSDB) – presidente da Comissão de Finanças e Fiscalização da Assembleia Legislativa e membro da oposição – disse que aguarda a formalização da proposta para avaliar o projeto.

“Ainda não tive acesso à reforma. Nos próximos dias deveremos saber o que será colocado em prática. Sentaremos para discutir entre os deputados aquilo que será melhor para resolver os problemas do nosso Estado. Afinal, o RN precisa voltar a crescer”, registrou.

O deputado estadual do PSDB



Ano do legislativo potiguar promete bons e intensos debates entre os parlamentares sobre proposições nas áreas de educação, segurança, saúde e finanças, por exemplo

declara, ainda, que a governadora Fátima Bezerra precisa cumprir compromissos assumidos durante a campanha. “A governadora prometeu que qualquer despesa extra que entrasse para o orçamento do governo serviria para pagar os salários atrasados. Já entrou quase R\$ 1 bilhão, mas, até agora, nada foi pago”, disse o deputado, referindo-se à folha de pagamento dos meses de novembro e dezembro de 2018 e ao décimo terceiro daquele ano, que ainda não foram quitadas integralmente pelo Governo do Estado.

Na área da saúde, o deputado Francisco do PT lembra também que a Assembleia Legislativa deverá discutir ainda no primeiro semestre a proposta encaminhada pelo Executivo em 2019 que trata da criação de consórcios interfederativos. O parlamentar defende a

aprovação do projeto, que, segundo ele, “vai melhorar o atendimento nas regiões do Estado”.

“É uma proposta de regionalização a partir da criação de policlínicas. É muito parecido com o modelo adotado no Ceará, que vem dando muito certo e que não foi aprovado no ano passado (na Assembleia do RN). Ficaram para este ano a discussão e a aprovação”, observou o deputado.

Professor de formação, Francisco do PT destacou ainda que os deputados estaduais precisarão se debruçar sobre o reajuste do piso do magistério. No início do ano, o Ministério da Educação estabeleceu um aumento de 12,84% no salário mínimo dos professores, que precisa ser respeitado por governos estaduais e prefeituras. O Governo do Estado deverá enviar proposta sobre o assunto para a

Assembleia Legislativa no primeiro semestre.

“Vamos ter que nos debruçar para ver de que maneira esse piso será concedido. A governadora já se posicionou que cumprirá o piso salarial da categoria do magistério. É uma lei. Não tem como fugir disso”, declarou o deputado do PT.

Tomba Farias acrescentou que outro tema em pauta na Assembleia Legislativa deverá ser uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que trata da simplificação na liberação de recursos financeiros para os municípios. A proposta já tramita na Assembleia Legislativa.

“Precisamos assumir um maior compromisso nesse sentido. Além disso, vamos cobrar do governo as emendas individuais para os municípios, que, neste momento estão muito carentes de

melhorar a arrecadação”, enfatizou o parlamentar.

Na avaliação do deputado Francisco do PT, por fim, as eleições municipais de 2020 – que servirão para eleger novos prefeitos, vice-prefeitos e vereadores nos 167 municípios do Rio Grande do Norte – vão afetar os trabalhos legislativos. “É um debate que tende geralmente a se acalorar e a ter repercussão no âmbito do Legislativo Estadual, até porque alguns deputados se apresentam como pré-candidatos a prefeito de seus municípios”, disse.

“2020 é mais um ano de muito trabalho, muitos desafios e muita luta pela frente, para que a gente possa reverter esse quadro dramático de calamidade fiscal e financeira em que o Estado do Rio Grande do Norte foi deixado”, concluiu.



Diretora Administrativa e Financeira da Assembleia Legislativa do RN, Dulcinéia Brandão (E)

Modelo

Planejamento estratégico da ALRN é referência para o legislativo do Maranhão

Equipe maranhense participou de uma videoconferência, que contou com a participação da equipe de planejamento estratégico potiguar

O planejamento estratégico da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte se tornou referência para o legislativo do Maranhão. O modelo foi repassado para a equipe maranhense durante uma videoconferência realizada no último dia 21, e que contou com a participação da equipe de planejamento estratégico potiguar que esclareceu como foi desenvolvido o planejamento estratégico da Casa legislativa do RN.

“Nossa Assembleia é exemplo para as demais Assembleias. Neste caso, o Maranhão nos procurou e solicitou uma reunião

para que eles tivessem acesso às informações e metodologia de como o nosso planejamento foi desenvolvido”, disse a diretora Administrativa e Financeira da Assembleia Legislativa do RN, Dulcinéia Brandão, destacando o apoio do presidente da Casa, o deputado estadual Ezequiel Ferreira (PSDB).

“A nossa visão e a nossa operacionalização de planejamento se deve a partir da gestão de Ezequiel Ferreira. Quando ele chegou na presidência em 2015 já implantou o planejamento estratégico, fundamental para o

desenvolvimento da Casa e para a valorização dos servidores”, destaca Dulcinéia Brandão.

O atual planejamento foi elaborado para o período de 2020 a 2023, por uma comissão da diretoria-geral. A coordenadora da comissão, Luciana Targino, falou sobre o resultado do trabalho: “É extremamente gratificante, ver que o resultado do trabalho integrado com a equipe de servidores da Casa já está trazendo resultados positivos, em que as Assembleias de outros estados já estão nos procurando para saber como foi feito, buscando informações co-

mo base para desenvolver os seus. Com isso já estamos mostrando uma imagem positiva de um trabalho desenvolvido pela Casa”.

Participaram da reunião: comissão de planejamento da Assembleia do Maranhão; equipe de planejamento da Assembleia do Rio Grande do Norte; diretor de gestão Tecnológica, Mário Sergio; diretor de Recursos Humanos, Thyago Cortez; e mais a professora de planejamento e gestão de projetos da Escola da Assembleia, Paulinea Araujo, que contribuiu na elaboração do Planejamento Estratégico de 2020 a 2023.

Gestão

Sistema Legis RH será implantado pela Assembleia de São Paulo



Transferência de tecnologia será acompanhada pelos servidores da Diretoria de Gestão Tecnológica e pelo setor de Gestão de Pessoas da ALRN entre os dias 10 e 13 de fevereiro

O Sistema Legis RH da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte (ALRN) será implantado pela Assembleia Legislativa de São Paulo (ALESP). A transferência de tecnologia será acompanhada pelos servidores da Diretoria de Gestão Tecnológica e pelo setor de Gestão de Pessoas da ALRN entre os dias 10 e 13 de fevereiro.

O Legis RH foi desenvolvido pela Diretoria de Gestão Tecnológica da ALRN e será implantado na ALESP com detalhamento técnico sob o ponto de vista de banco de dados, linguagem de desenvolvimento, arquitetura de software de integração entre aplicações e demais aspectos pertinentes ao entendimento e funcionamento de como o sistema foi construído.

PROJETO É VENCEDOR DO PRÊMIO ASSEMBLEIA CIDADÃ DA UNALE

O projeto utilizado no setor de Recursos Humanos e Folha de Pagamento da ALRN foi o grande vencedor do Prêmio Assembleia Cidadã da UNALE (União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais) na categoria “Gestão”, em cerimônia realizada em novembro do ano passado em Salvador, na Bahia. O Legis RH gerou uma economia de mais de 75% com sistemas utilizados possibilitando economia para investimentos em insumos e infraestrutura.

O Legis RH foi desenvolvido pela Diretoria de Gestão Tecnológica e apresentado na Conferência Nacional da Unale pelo diretor de Gestão

“O projeto é fruto do empenho da equipe e da confiança absoluta depositada pelo presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, deputado Ezequiel Ferreira, que acreditou que tínhamos condições de desenvolver um sistema próprio e diferente do que existe na maioria do mercado”

Mário Sérgio

Diretor

Tecnológica, Mário Sérgio Gurgel, e pelos profissionais de TI, Stefano Rozemberg Freire e Kaio Max Marques.

“O projeto é fruto do empenho da equipe e da confiança absoluta depositada pelo presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, deputado Ezequiel Ferreira, que acreditou que tínhamos condições de desenvolver um sistema próprio e diferente do que existe na maioria do mercado”, disse o diretor Mário Sérgio.

O deputado Gustavo Carvalho (PSDB) falou

em nome da Casa Legislativa potiguar e ressaltou a importância do projeto. “Não só a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte está de parabéns, como também a Unale, por desenvolver um prêmio que incentiva a modernização dos processos legislativos e o atendimento humanizado ao cidadão”.

Para o diretor-geral da Assembleia do RN, Augusto Viveiros, a vitória é de toda a Assembleia Legislativa. “O prêmio é uma demonstração de força, união e competência”.

Além do troféu de reconhecimento, o projeto foi contemplado com um valor de R\$20 mil para desenvolver ações relacionadas ao assunto. O prêmio Assembleia Cidadã é uma novidade da 23ª Conferência Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (CNLE) e contempla os projetos destaques nas categorias Gestão, Atendimento ao Cidadão e Projetos Especiais com o objetivo de incentivar.

Participaram também da premiação os servidores da Procuradoria Geral da ALRN, Sérgio Freire; Diretoria Geral, Augusto Viveiros e Simone Leal; Chefe de gabinete da Presidência, Larissa Rosado; Coordenadoria de Gestão de Pessoas, Thyago Cortez; Diretoria de Comunicação Institucional, Marília Rocha; Diretoria da Escola da Assembleia, professor João Maria; Diretoria de Políticas Complementares, Ricardo Fonseca; Divisão de Cerimonial, Zuleide Gonçalves; e Ouvidoria da Assembleia, Josoniel Fonseca.

Assessoria/Assembleia Legislativa





Ainda no ano de 2009, o então Instituto do Legislativo Potiguar (ILP) passou a integrar a estrutura organizacional da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte como Escola do Poder Legislativo Estadual

Reconhecimento

10 anos: Escola da Assembleia recebe homenagem na Câmara dos Deputados

Evento está marcado para o dia 27 de março, às 10h, em Brasília. Motivação do reconhecimento vem pelos 10 anos de produção acadêmica da instituição

A Escola da Assembleia receberá uma homenagem no plenário da Câmara dos Deputados, em Brasília, pelos 10 anos de produção acadêmica da instituição. O evento foi marcado para 27 de março, às 10h. A proposição é do deputado federal potiguar Fábio Faria (PSD).

“A homenagem é um reconhecimento a educação legislativa e ao trabalho que a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte vem desenvolvendo há 10 anos por meio da Escola. Estamos muito felizes e lisonjeados com a homenagem e só aumenta nossa responsabilidade”, disse o diretor da Escola, João Maria de Lima.

Ainda de acordo com o diretor, a Escola da Assembleia tem crescido bastante nos últimos anos diante do empenho do presidente

do Legislativo, o deputado estadual Ezequiel Ferreira (PSDB), em fortalecer o trabalho oferecido pela instituição.

Apenas em 2019, por exemplo, a Escola da Assembleia passou a firmar parcerias com órgãos federais para a realização de cursos. Além disso, passou a expandir sua atuação para municípios do interior potiguar com o Conexão Parlamento, por meio de convênios junto as Câmaras Municipais.

A instalação oficial da Escola da Assembleia - na época chamada de Instituto do Legislativo Potiguar (ILP) - se deu no dia 09 de março de 2009, com a oferta cursos de qualificação funcional e de formação. Ainda em 2009, o ILP foi credenciado pelo Governo Estadual para oferecer cursos de pós-graduação lato sensu (especialização).

O Instituto do Legislativo Potiguar (ILP) passou a integrar a estrutura organizacional da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte como Escola do Poder Legislativo Estadual, com a missão de “Promover uma educação legislativa de excelência, contribuindo - através de serviços educacionais - para a formação política, cidadã e profissionalizante dos agentes do Poder Legislativo e da comunidade, com ênfase para as funções e atribuições do Parlamento”, por meio de cursos de formação escolar, de cursos livres profissionalizantes e de outras formas de capacitação, de atualização e de treinamento.

A formação política, cidadã e profissionalizante constitui o foco central da educação legislativa, tendo como propósito contribuir

para o aprimoramento da qualificação dos agentes do Poder Legislativo e da comunidade.

Agora, já como Escola da Assembleia, participa do Sistema Nacional de Ensino Legislativo, formado por órgãos educacionais do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, do Tribunal de Contas da União, de Assembleias Legislativas Estaduais, da Câmara Legislativa (DF), de Câmaras Municipais e de Tribunais de Contas Estaduais, articulado pela Associação Brasileira de Escolas do Legislativo e de Contas - ABEL.

E, como unidade estadual de ensino, vincula-se ao Sistema Estadual de Ensino do Rio Grande do Norte, através de credenciamento pelo Conselho Estadual de Educação para oferecer cursos de pós-graduação lato sensu.

Escola

Duas turmas de pós-graduação e mais de 100 cursos em 2020

Escola da Assembleia do Rio Grande do Norte retoma as atividades a partir de março

A Escola da Assembleia do Rio Grande do Norte vai retomar as atividades a partir de março. Serão abertas duas turmas de pós-graduação, mais de 100 cursos capacitação técnica e reiniciadas as aulas do programa “Conexão Enem”, que tem o objetivo de auxiliar alunos da rede pública com as provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

O diretor da instituição, o professor João Maria de Lima, explica que os meses de janeiro e fevereiro são utilizados para o planejamento das atividades acadêmicas. “Já começamos a trabalhar. Estamos com reuni-

ões de planejamento do calendário acadêmico”, detalha.

Em março, serão lançadas duas pós-graduações voltadas para as áreas de comunicação e assessoria política. A instituição está elaborando os detalhes das atividades acadêmicas. “Serão cursos inéditos”, reforça.

Ainda em março, a instituição vai lançar um manual de redação. A ferramenta vai ajudar aos servidores da Casa – além de toda sociedade – a melhorar a confecção e compreensão dos processos do Legislativo. Será um instrumento fundamental para a elaboração de pareceres, apresentação de proje-

tos, redação de atas, entre outras ações legislativas.

Em 2019, a Escola do Legislativo beneficiou mais de cinco mil pessoas. A maior parte delas, cerca de 2,8 mil, passou pelos cursos de capacitação. Em março, a instituição vai lançar 100 novas capacitações profissionais e pessoais, além de palestras e oficinas.

Ainda em março, no dia 27, a Câmara dos Deputados, em Brasília, promoverá sessão solene em homenagem aos 10 anos de atuação da Escola do Legislativo.

Outra ação importante para o primeiro semestre será a retomada do programa Conexão Enem. A

ação promove aulas gratuitas aos estudantes que farão as provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Em março, a TV Assembleia vai apresentar aulas e debates de assuntos pertinentes ao processo seletivo às quintas-feiras. No mês seguinte, a EALRN vai iniciar os “aulões” presenciais. As atividades vão ocorrer na sede da instituição, sempre aos domingos pela manhã. “Conseguimos aprovar 30 alunos em cursos universitários de instituições federais. São alunos oriundos de escolas públicas. Isso é um número bem positivo para nós”, comemora.

Assessoria/Assembleia Legislativa



Special Counsel Robert Mueller leaves church on March 24, in Washington, D.C. Mueller

VENHA LEGISLAR CONOSCO

► 03 DE FEVEREIRO ◀
ABERTURA DOS TRABALHOS LEGISLATIVOS 2020.

NESTA SEGUNDA (03/02), ÀS 10h, SERÃO RETOMADAS AS ATIVIDADES DO LEGISLATIVO ESTADUAL. SERÁ MAIS UM ANO DE TRABALHO INTENSO EM FAVOR DO RIO GRANDE DO NORTE, SEMPRE NA BUSCA DE DESENVOLVIMENTO PARA TODOS. FIQUE POR DENTRO DOS ASSUNTOS MAIS IMPORTANTES DISCUTIDOS EM PLENÁRIO, ATRAVÉS DOS NOSSOS CANAIS DE COMUNICAÇÃO NA TV, RÁDIO OU REDES SOCIAIS.



Rio Grande do Norte
Assembleia Legislativa



O DESENVOLVIMENTO DO RN
PASSA POR AQUI.

WWW.AL.RN.GOV.BR



ASSEMBLEIARN

TV ASSEMBLEIA: 51,3 TV ABERTA | 9 OU 109 CABO | 16 NET